



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

EDITAL
CHAMADA PÚBLICA 003/2013

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Nº 8.666/93, Lei 11.947 e na Resolução CD/FNDE nº 38/2009, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar **CHAMADA PÚBLICA** do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e nº 02 – PROPOSTA e PROJETO DE VENDAS **até 05 de novembro de 2013, às 13:30 hs**, na Central de Compras, situada à Rua Marechal Floriano nº 458, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o cadastramento de grupos formais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais constituídos em cooperativas e/ou associações, para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da merenda nas escolas de Rede Municipal de Ensino e Creches conforme Anexos.

1.1.1. Todas as despesas decorrentes de fretes, impostos e taxas, correrão por conta da licitante vencedora.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Chamada Pública os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em cooperativas e/ou associações, detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP -Jurídica), conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e que atendam a todas as exigências constantes deste Edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Os envelopes deverão ser apresentados em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta e Projeto de Vendas também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas – GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 – Centro, com os seguintes dizeres:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 01: CHAMADA PÚBLICA 003/2013
PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR RURAL.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 02: CHAMADA PÚBLICA 003/2013
PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR RURAL.
PROPOSTA E PROJETO DE VENDA
PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. HABILITAÇÃO JURIDICA

4.1.1. Cópia do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, devidamente Registrados na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica.

4.2. HABILITAÇÃO FISCAL

4.2.1. Alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante.

4.2.2. Certidão de Inexistência de Débito para com o Sistema de Seguridade Social (CND);

4.2.3. Certificado de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.2.4. Prova de Regularidade (quitação) com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, na jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante;

4.2.5. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.2.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.2.7. Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP Jurídica), para associações e/ou cooperativas.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

4.2.8. Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal.

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta

4.4. DECLARAÇÕES:

4.4.1. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos

4.4.2. Declaração de que as entregas dos materiais não sofrerão despesas adicionais com frete ou de qualquer outra natureza, em relação ao preço da proposta apresentado, não incorrendo nenhum ônus para o Município.

4.5. AUTENTICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE

4.5.1.. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário designado pela Gerência de Compras e Licitações Públicas, mediante a apresentação do documento original.

4.5.2. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada online pelos membros da Comissão.

4.5.3. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

5. DA PROPOSTA (PROJETO DE VENDA)

As propostas deverão ser apresentadas da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial indicando o valor unitário e total, por item, em algarismos, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante ou seu representante legal, sem emendas e rasuras, Anexo I.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

5.2. Deverá acompanhar a Proposta o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (Anexo II).

5.2.1. Será obrigatório o preenchimento do Campo IV do Projeto de Vendas Anexo II.

5.2.2. O não cumprimento do Item 5.2.1. acarretará em desclassificação.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até **05/11/2013** às **13:30 hs**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458– Centro, sendo que após este prazo, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A Comissão de Licitação fará a abertura dos envelopes no dia **05 de novembro de 2013 às 14:00 hs**, bem como a avaliação e aprovação da documentação apresentada, até a data limite para apresentação dos mesmos.

6.2.2. Declarados os vencedores habilitados, qualquer participante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias corridos** para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais participantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, mediante solicitação oficial.

6.2.3. A falta de manifestação imediata e motivada do participante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

6.2.4. Os recursos devem ser encaminhados ao Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo anexado(s) ao processo de licitação.

6.5. DO JULGAMENTO

6.5.1. Na análise das propostas e na aquisição **deverão ser priorizadas as propostas de grupos do município**. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

região, do território rural, do Estado e do País, nesta ordem de prioridade
(Resolução CD/FNDE nº 26 de 17/06/2013, art 25, inciso I)

6.5.2. Não serão recebidas documentações e projeto de vendas fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.5.3. Os produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais a serem fornecidos para Alimentação Escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agro ecológicos.

6.5.4. Na definição dos preços para a aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais, a Comissão Julgadora considerará os Preços de Referência (preço médio) pesquisados em âmbito local.

6.5.5 No caso de existência de mais de um Grupo Formal participante do processo de aquisição para a alimentação escolar, deve-se priorizar o fornecedor do âmbito local, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, resguardadas as condições previstas nos §§ 1º e 2º, do artigo 14, da Lei nº 11.947/2009.

6.5.6. Todo o produto que chegar ao setor de Merenda Escolar ou nas Escolas em más condições será devolvido e a cooperativa/associação será obrigada a repor a mercadoria por outra de boa qualidade. Se algum produto apresentar alterações em seu aspecto físico e estiver dentro do prazo de validade, o Município realizará a análise que entender conveniente em laboratório credenciado, devendo a firma vencedora assumir estas despesas além da substituição dos produtos rejeitados.

6.6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.6.1. Serão consideradas as propostas classificadas, que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública.

6.6.2. Cada grupo de fornecedores (formal) deverá obrigatoriamente, ofertar sua quantidade de alimentos, com preço unitário, observando as condições fixadas nesta Chamada Pública.

6.6.3. A Comissão de licitação classificará as propostas, considerando-se a ordenação crescente dos valores.

6.6.4. Após a classificação, o critério final de julgamento dos gêneros alimentícios será o menor preço apresentados pelos proponentes em âmbito: local, regional, territorial, estadual ou nacional.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

7. DAS AMOSTRAS

7.1. Os licitantes deverão fornecer 02(duas) amostras dos produtos, identificados com o nome do fornecedor, em embalagem conforme o solicitado, para degustação, análise do aspecto físico, **até 03 dias úteis anteriores a abertura da licitação** na Rua Cristóvão Colombo – CEP 96207-580, Bairro Cidade Nova, Ginásio Farido Salomão, entrada pela Av. Pelotas, no horário das 13:00 hs às 17:00 hs. Não serão aceitas amostras fora de data e horário estipulados.

7.1.1. Os procedimentos para apresentação das amostras estão contidos no **ANEXO IV**.

8. DA ENTREGA

8.1. As entregas referentes aos produtos devem ser feitas no setor de Merenda Escolar, no Ginásio Farydo Salomão – Praça Saraiva, Rua Av. Pelotas esquina Cristovão Colombo – CEP 96207-580 – Bairro Cidade Nova, no horário das 13:30 às 17:00 horas, conforme Cronograma de Entregas Anexo III.

9. DO PAGAMENTO E DO CONTRATO

9.1. O pagamento será efetuado **após entrega**, mediante Nota Fiscal eletrônica, das quantidades entregues.

9.2. O contrato terá vigência até DEZEMBRO de 2013, período de entregas Conforme Anexo – III – Cronograma de Entregas

10. DAS PENALIDADES

10.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato ,e;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.

11. DA RESCISÃO

11.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

11.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicarão em imediata suspensão do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

11.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão do contrato:

11.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O presente edital deverá ser retirado no Gabinete de Compras e Licitações Públicas – GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto 458 – Centro ou pelo fone 53 3233.8417.

12.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GABEX (fone 3231.1162 ou 3233.8417) ou na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, até o terceiro dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

12.2.1. Fazem parte integrante deste Edital, os seguintes elementos:

- **Anexo I – Modelo de Proposta**
- **Anexo II – Projeto de venda**
- **Anexo III – Cronograma de Entregas**
- **Anexo IV – Das Amostras**
- **Anexo V – Minuta de Contrato**

12.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

12.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

12.5. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 17 de outubro de 2013.

Jeferson Alonso Dos Santos
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos